

Jornal

30 de Agosto



Ano XXXVI - Nº 220

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná



SETEMBRO DE 2026

AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Eleições colocam futuro da escola pública em jogo no Paraná

Análise das propostas contrapõe a lógica gerencial de Sandro Alex e Sérgio Moro à pauta histórica da categoria apresentada por Requião Filho

Quando colocamos lado a lado os planos de governo e as propostas dos três candidatos ao Governo do Paraná melhor colocados nas pesquisas de intenção de votos, a diferença fica nítida. De um lado, continuidade e aprofundamento de um modelo cada vez mais empresarial para o Estado e na educação. Do outro, o compromisso de reconstruir o papel do Estado como responsável por garantir direitos e políticas públicas.

Na análise dos principais temas de interesse para as(os) trabalhadoras(es) da educação, Sandro Alex e Sérgio Moro apresentam conceitos de gestão muito parecidos. São, na prática, duas faces da mesma moeda. Os dois defendem uma forma de gestão que indica a continuidade ou a ampliação de parcerias privadas, como o Parceiro da Escola, além da manutenção e ampliação da militarização do ensino.

Os dois também defendem uma visão de educação baseada em metas, produtividade, controle e resultados. Uma lógica mais próxima da gestão empresarial que, por mais que possam dizer o contrário, aca-

ba deixando em segundo plano a aprendizagem das(os) estudantes, a autonomia das(os) educadoras(es), a participação da comunidade e a gestão democrática das escolas, inclusive a eleição direta para direção das escolas.

Do outro lado está Requião Filho, com uma proposta mais próxima das pautas históricas das(os) estudantes e das(os) trabalhadoras(es) da educação, com autonomia pedagógica. Seu plano assume compromisso explícito com a valorização das(os) servidoras(es), concursos públicos, o pagamento da Data-base e recursos para a escola pública.

Na gestão das escolas, a proposta vai na direção contrária à privatização e à terceirização. Defende o fortalecimento do serviço público, a revisão do modelo militarizado e a devolução à comunidade escolar do poder de decidir sobre o projeto pedagógico.

Requião também coloca a gestão democrática e a autonomia das(os) professoras(es) no centro da política educacional. Quando fala em tecnologia, trata a ferramenta como

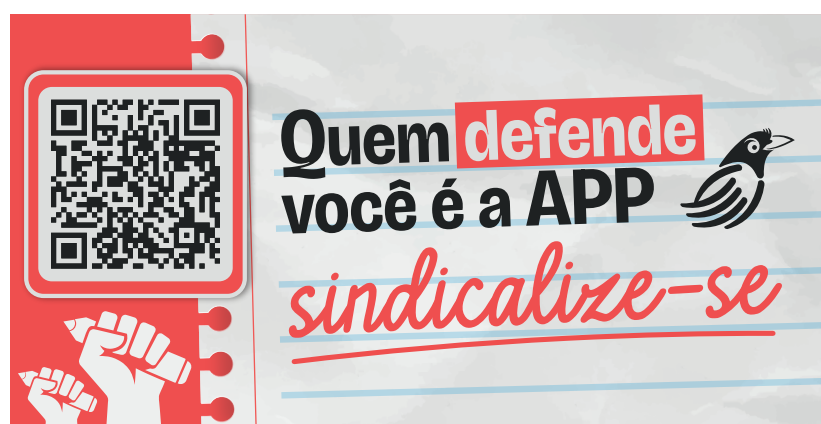
apoio ao trabalho pedagógico, não como mecanismo de controle, punição ou substituição de quem está na sala de aula.

No fim das contas, a comparação mostra que a escolha não é apenas entre candidatos, mas entre projetos para o futuro da educação pública do Paraná. Qual deles estará comprometido em interromper a política de assédio nas escolas e de injustiça salarial com as(os) profissionais da educação deste estado?

De um lado, a continuidade de um modelo de governar que trata as(os) professoras(es) e funcionárias(os) de escola como números e que destina cada vez mais recursos da educação para o lucro de empresários.

De outro, a defesa de um Estado forte, que investe na educação pública, apoia estudantes, respeita educadoras(es), valoriza as(os) servidoras(es), fortalece os serviços públicos e garante uma escola pública gratuita, de qualidade, democrática e emancipadora, com a valorização de quem educa.

É essa escolha que está em jogo.



EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE. Av. Iguaçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 2170-2500.

Gestão APP Sempre Na Luta – Em Defesa da Escola Pública (2025 a 2029): Walkíria Olegário Mazeto [Presidenta], Natália dos Santos Silva [Secretária Geral], Élio da Silva [Secretário de Finanças], Margleise Adriana dos Santos [Secretária de Administração e Patrimônio], Elisa Maria Neiva de Lima Muller [Secretária de Aposentados(as)], Celso José dos Santos [Secretário de Assuntos Municipais], Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves [Secretário Executivo de Assuntos Municipais], Aparecida Reis Barbosa [Secretária Educacional], Vandrê Alexandre Benedito da Silva [Secretário Executivo Educacional], Sidineiva Gonçalves de Lima [Secretária de Organização], Nilton Aparecido Stein [Secretário de Formação Política Sindical e Cultural], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo de Formação Política Sindical e Cultural], Daniel Popilnicki [Secretário de Comunicação], Cláudia Gruber [Secretária Executiva de Comunicação], Daniel Nascimento Matoso [Secretário de Sindicalizados(as)], Marlei Fernandes de Carvalho [Secretária de Assuntos Jurídicos], Simone Barbosa [Secretária de Política Sindical], Jussara Aparecida Ribeiro [Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos], Nádia Aparecida Brixner [Secretária de Funcionários(as)], Tatiana Nanci da Maia [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Clodoaldo Beraldo Antunes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Celina do Carmo da Silva Wotcoski [Secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos [Secretária de Saúde e Previdência], Márcio André Ribeiro [Secretário Executivo de Saúde e Previdência].

Jornalista Responsável: Dary Jr. (DRT 2334-PR) | **Diagramação:** Rodrigo A. Romani (DRT 7756-PR) | **Ilustração da capa:** Lucas Depka | **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 80.000 exemplares.

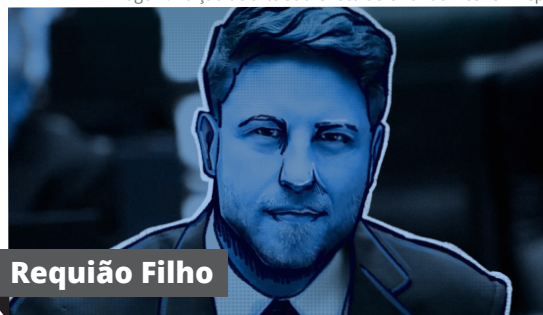
Como pensa cada candidato?

Eixo Central (Tema)	Requião Filho	Sandro Alex	Sérgio Moro
• Modo de Governar	Governo para o Povo: Defende um Estado forte, garante Direitos e investe nas pessoas e nas(os) servidoras(es).	Governo de Negócios: Mantém o modelo do atual governo, tratando serviços públicos como empresa privada.	Governo de Controle: Agenda de enxugamento do Estado, prioriza a lógica privatista na gestão escolar e restringe investimentos fundamentais na educação pública.
• Gestão da Escola • Privatização • Parceiro da Escola	Escola 100% Pública: Fim do Parceiro da Escola, fim da terceirização e barreira total à entrega de escolas a empresários.	Escola Privatizada: Mantém a entrega da gestão escolar e serviços para empresas privadas.	Escola Privatizada: Admite/amplia participação privada por parcerias, OSCs, prestadores e concessões. O modelo público-privado integra seu plano.
• Projeto de Ensino • Militarização • Plataformas Digitalizadoras	Ensino Humano/Autonomia Docente: Fim da militarização, tecnologia como apoio (não obrigatória) e devolução do respeito às(aos) educadoras(es).	Ensino Controlado/Foco em Telas: Expansão de escolas cívico-militares (meta de 500) e obrigação de uso de plataformas, metas e monitoramento.	Ensino Disciplinar/Metas Rígidas: Defende a manutenção e ampliação do modelo cívico-militar com monitoramento e cobrança por resultados.
• Salário • Carreira • Concurso Público	Respeito às(aos) Trabalhadoras(es): Pagamento garantido da Data-base, realização de concursos e valorização da carreira.	Sem Garantia de Reajuste: Não se compromete com a Data-base nem com a realização de concurso público.	Aperto Salarial: Data-base atrelada a controle de investimentos e carreira vinculada a metas individuais. Não apresenta proposta de carreira nem concurso público.
• Quem Trabalha na Escola • Funcionárias(os) • Aposentadas(os)	Reajuste salarial garantido pela Data-base.	Esquecimento Total: Não apresenta propostas para funcionárias(os) de escola nem para as(os) aposentadas(os).	Invisibilidade: Ignora as(os) funcionárias(os) da educação e não garante os direitos das(os) aposentadas(os).
• Dia a Dia da Escola • Gestão Democrática • Pressão por Metas	Escola Democrática: Eleição direta para diretoras(es), participação da comunidade e fim da pressão por metas e plataformas que causa adoecimento.	Cobrança por Resultados: Pressão por metas de desempenho, ranqueamento de escolas e cobrança sobre as(os) educadoras(es).	Pressão Corporativa: Defende a aplicação de métricas corporativas de desempenho, monitoramento por indicadores de produtividade e remuneração condicionada a metas.

Referências:

PARTIDO LIBERAL (PL). **Paraná, nossa fortaleza: plano de governo de Sergio Moro.** Paraná: PL, 2026. Plano de governo para o Estado do Paraná, 2027-2030.
 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD). **Pra frente sempre: a mudança continua: plano de governo de Sandro Alex.** Paraná: PSD, 2026. Plano de governo para o Estado do Paraná, 2027-2030.
 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). **O Paraná que cuida: plano de governo de Requião Filho.** Paraná: PDT, 2026. Plano de governo para o Estado do Paraná, 2027-2030.

Imagem: Edição de arte sobre foto de Orlando Kissner/Alep



Requião Filho

“As escolas do Paraná vivem uma grande farsa: platformização, modernidade, muita propaganda. Nossos professores estão cansados, sendo perseguidos politicamente, sofrendo pressão para que o seu filho seja passado de ano mesmo sem nenhuma condição”.

Fonte: Perfil pessoal na rede social Facebook, 27/03/26.

Imagem: Edição de arte sobre foto de Tami Taketani/Plural



Sandro Alex

“O governador (Ratinho Jr.) foi o que mais colocou em funcionamento escolas cívico-militares no Brasil. Então nós vamos ter que passar de 500”.

Fonte: Capivara Talk, 23/07/26.

Imagem: Edição de arte sobre foto de Lula Marques/Carta Capital



Sérgio Moro

“Pra que tanto ataque se tudo que eu quero é dar continuidade ao trabalho começado pelo Ratinho?”.

Fonte: Impacto Paraná, 01/09/26.

CARTA-COMPROMISSO

9ª Conferência Estadual da APP-Sindicato - 12 de julho de 2026
Por uma educação pública, democrática, crítica e emancipadora

A APP-Sindicato, reunida em sua 9ª Conferência Estadual de Educação, apresenta às candidatas e aos candidatos das eleições de 2026 esta Carta-Compromisso, que reúne as defesas da categoria em favor de uma educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e socialmente referenciada. Diante dos desafios impostos pela privatização, pela terceirização, pela precarização, pelo autoritarismo, pelas desigualdades e pelas diferentes formas de violência, solicitamos às candidatas e aos candidatos que assumam publicamente os 17 compromissos abaixo.

Compromissos

1. Piso salarial. Cumprir o Piso Salarial Profissional Nacional para as professoras(es), com reflexo em toda a carreira.

2. Carreira. Reformular o plano de carreira do magistério estadual e adequar o plano de carreira das(os) funcionárias(os) de escola.

3. Concurso público e vínculos de trabalho. Realizar concursos públicos regulares para professoras(es) e funcionárias(os), garantindo postos de trabalho efetivos, pondo fim às terceirizações das(os) funcionárias(os) de escola e reduzindo o número de contratos temporários (PSS), restringindo-os a situações emergenciais e extraordinárias.

4. Trabalhadoras(es) temporárias(os) - PSS. Extinguir as provas para ingresso como temporário (PSS) e garantir a essas(es) trabalhadoras(es) o direito ao acompanhamento de dependentes para tratamento de saúde e ao atendimento pelo SAS.

5. Formação profissional. Garantir formação inicial e continuada de qualidade para as(os) profissionais da educação, valorizando o papel das universidades públicas e assegurando condições materiais para o aprimoramento permanente da prática pedagógica.

6. Financiamento público. Ampliar o investimento na educação pública e destinar os recursos públicos exclusivamente à escola pública, com financiamento protegido das restrições fiscais e implementação efetiva das políticas educacionais.

7. Sistema e planos de educação. Defender o Sistema Nacional de Educação e garantir as condições para a execução dos Planos Nacional e Estadual de Educação, com metas vinculadas a recursos, monitoramento e controle social; construir e aprovar o Plano Estadual de Educação por meio de ampla participação social.

8. Gestão democrática. Garantir a gestão democrática nas escolas, com conselhos fortalecidos, participação social e eleição direta para as direções escolares em todas as escolas da rede, além de pôr fim ao modelo intervencionista da Secretaria de Estado da Educação sobre as APMFs e à gestão baseada no controle de variáveis e metas.

9. Contra a privatização e o empresariamento. Revogar e combater todas as formas de privatização da educação, incluindo parcerias com fundações empresariais, o programa Parceiro da Escola e o Mais Escolas Paraná, reafirmando a administração pública direta da educação.

10. Contra a militarização e o autoritarismo. Encerrar o programa de militarização das escolas e outros modelos autoritários, restaurando a gestão pública e democrática dessas instituições e fortalecendo a convivência democrática, a mediação pedagógica, a autonomia do projeto político-pedagógico e a cultura de paz.

11. Saúde e condições de trabalho. Estabelecer políticas permanentes de saúde, instituindo programas de prevenção ao adoecimento e garantindo a melhoria e a ampliação do atendimento do SAS; combater a intensificação do trabalho pedagógico, a coerção e o assédio institucional, garantindo condições decentes e dignas nas escolas.

12. Currículo crítico e emancipador. Defender um currículo crítico, científico, cultural e emancipador, fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica, com pluralidade de pensamento; revogar reformas fragmentadoras e rejeitar projetos como o homeschooling e o Escola sem Partido.

13. Matriz curricular. Retomar uma matriz curricular que contemple todos os componentes curriculares, com atenção especial às áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

14. Hora-atividade. Cumprir a destinação de, no mínimo, um terço da jornada à hora-atividade para professoras(es).

15. Diversidade e enfrentamento das violências. Combater o feminicídio, o racismo, a LGBTQIA+fobia e as violências de classe, defendendo os direitos das mulheres, das populações negras e indígenas, dos povos do campo, das florestas, das ilhas e das comunidades quilombolas, das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, com o objetivo de superar as desigualdades sociais e educacionais.

16. Fim do modelo punitivo. Pôr fim às práticas punitivas que prejudicam a carreira e os direitos das(os) professoras(es), incluindo o desconto do GTE quando há apresentação de atestado médico e as penalizações que afetam a classificação na distribuição de aulas, a formação continuada e os demais direitos das(os) professoras(es) QPM e PSS.

17. Valorização das(os) aposentadas(os). Garantir às(aos) aposentadas(os), com ou sem paridade, o mesmo reajuste aplicado às(aos) professoras(es) e funcionárias(os) da ativa; limitar o desconto previdenciário às(aos) aposentadas(os) com proventos acima do teto do INSS; e aprovar uma lei estadual que assegure a correção salarial anual às(aos) aposentadas(os) sem paridade.